

Magalhães quer representação política para Distrito Federal



O senador Magalhães Pinto, ao lado dos empresários

Em frequentes viagens por todos os quadrantes deste país, difundindo ideais, recebendo inspirações, tenho constatado o arseio comum da população, espalhada por seu imenso território: o de participar.

O povo brasileiro aspira por maior participação na vida pública. Deseja influir, mais efetivamente, na escolha dos caminhos que o Brasil deve trilhar, para atingir os mais altos estágios do desenvolvimento.

Não me surpreende, portanto, o debate que está sendo travado na Associação Comercial do Distrito Federal, em torno da necessidade e da conveniência de Brasília possuir sua representação política.

Na análise da questão, há em primeiro lugar, que se levar em conta o sentido vocacional de Brasília.

Sua implantação obedeceu a dois imperativos básicos: um de ordem política e outro de ordem econômica.

No primeiro caso, pretendeu-se retirar o Governo federal e sua máquina administrativa, do círculo fechado de uma metrópole, onde as pressões do meio se sobrepujam, por vezes, às do todo periférico.

Já Thomaz Delfino advertia, em 1890, na Assembléia Constituinte que, "nos governos monárquicos, o impulso civilizador é centrífugo. Vai do centro para a periferia. Nos governos republicanos federativos, é centrípeto, vai da periferia para o centro".

E perguntava: "Como chegar até aos Poderes Legislativo e Executivo, aprisionados numa grande cidade, a vontade nacional, se encontra diante de si a barreira de multidões que um instante de paixão faz tumultuar?"

De outro lado, a vocação econômica de Brasília obedece a um princípio de Mirabeau, segundo o qual "ter a capital na ponta do reino é ter a cabeça na ponta dos dedos. E se a cabeça é grande demais o corpo se atrofia".

E fora de dúvidas que Brasília vem cumprindo suas tarefas vocacionais. Os grandes projetos de integração econômica e social só foram possíveis mercê do passo ousado dado pela determinação do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O Brasil passou a ter uma nova, mais ampla e real visão de si mesmo, de sua grandeza, de suas potencialidades, e de suas necessidades, não só atlânticas, mas também meridionais.

Processou-se mais que uma simples transferência da capital. Houve, com ela, verda-

deira mudança de mentalidade. E justo é assinalar, que coube aos governos da Revolução consolidar esta epopéia do povo brasileiro, e explorar-lhe o sentido integrador e desenvolvimentista.

De tudo isso, se conclui que Brasília é o que sonharam seus profetas e construtores: o centro administrativo do Brasil. O "cérebro das decisões nacionais".

Questiona-se, agora, o direito da população de participar e de influir nos destinos de uma cidade que tem a missão de governar o Brasil.

Não vejo nisso inconvenientes maiores. As pressões que poderão resultar de sua estrutura política, se farão sentir internamente, no âmbito da administração local. Mas elas são, além de legítimas, necessárias.

Em seminário promovido pela Comissão do Distrito Federal do Senado, ficou patente a necessidade de se implantar mecanismos permanentes de consulta que possam levar aos poderes decisórios as aspirações populares.

A idéia, lançada pelo professor José Carlos Coutinho, da Universidade de Brasília, teve ampla aceitação. Mas, por falta de explicitação do que seriam tais mecanismos, não lhe foi dada a necessária sequência.

Houve, apenas, uma interessante proposta do senador José Lindoso, que está a merecer detida análise.

Em termos de cidades, estados e nações, as aspirações populares confluem nas câmaras legislativas e por elas são traduzidas.

Naquele seminário, ficou patente que algumas das distorções no processo do desenvolvimento urbano, econômico e social, resultaram da inexistência de um estuário, aonde desaguassem as diversas correntes de opinião.

Como enfatizou o professor José Carlos Coutinho, "toda a população tem que ver, na sua cidade, o fruto de um esforço coletivo de construção, de conquista de seu ambiente vital. Não deve ser algo imposto ou doado, mas conquistado a partir de seus anseios e de suas reivindicações".

Prestes a completar 18 anos, Brasília e suas cidades-satélites ostentam já uma população de cerca de um milhão de habitantes. Os nascidos em 1960 estão chegando à maioridade, com a qual se tornam, obrigatoriamente, eleitores.

Parece-me injusto que tão grande contingente populacional se veja na contradição legal de ser obrigado a possuir título de eleitor e a de se ver impedido de usá-lo.

É inegável que, durante determinado período, se justificava a falta de uma estrutura política própria. A cidade apenas começava a formar-se no cadinho de heterogêneas correntes migratórias. Era natural que, enquanto não se caldessem, numa vivência prolongada e estável, faltasse a essas correntes o espírito de comunidade cidadina e, em consequência, de comunidade política.

Hoje, todavia, Brasília é uma comunidade acabada, sob todos os pontos de vista. E não me parece lógico que sua população se veja marginalizada de participar, apenas porque vive na capital da República.

Washington, a capital estrangeira que mais se assemelha à nossa, não pode servir de parâmetro. Fundada em 1791, tinha, 100 anos depois, apenas 30 mil habitantes. E seu desenvolvimento só se tornou acelerado depois da Primeira e, sobretudo, depois da Segunda Grande Guerra.

Até 1961, lá também não havia eleições de espécie alguma. A partir dessa data a vigésima-terceira emenda constitucional outorgou aos habitantes do Distrito de Colúmbia o direito de votar nas eleições presidenciais.

Mais tarde, em 1967, o Congresso americano aceitou sugestão do presidente Lyndon Johnson, para a formação de uma Câmara de Vereadores a serem nomeados pelo Presidente.

Nos últimos anos, houve, como se vê, uma transformação substancial.

Acredito, todavia, que o modelo não nos sirva. Para que o povo participe, torna-se imperioso que vote. Para ser fiel intérprete das aspirações populares, o representante do povo tem de ser eleito.

Concordo com a tese de que o governador do Distrito Federal deve ser elemento da estrita confiança do Presidente da República. Além de ser uma tradição, é um imperativo da segurança nacional. Tanto mais que, como qualquer ministro de Estado, ele é demissível ad nutum.

Mas ele tem de ser ajudado a sentir os anseios e as aspirações da coletividade que dirige, e que, geralmente, não é de sua vivência e de sua experiência.

E essa ajuda só lhe pode ser prestada pelos delegados do povo, ungidos nas urnas.

É certo que o Distrito Federal tem, constitucionalmente, uma Câmara Legislativa: O Senado Federal. Há uma certa coerência no dispositivo da Carta Magna, pois o Senado

"Prestes a completar 18 anos, Brasília e suas cidades-satélites ostentam já sua população de cerca de um milhão de habitantes. Parece-me injusto que tão grande contingente populacional se veja na contradição legal de ser obrigado a possuir títulos de eleitor e de se ver impedido de usá-lo".

O auditório da Associação Comercial do Distrito Federal — composto, em sua maioria, de empresários — prorrompeu em aplausos quando o senador Magalhães Pinto pronunciou estas palavras, durante seu discurso, ontem à noite.

Acolhido pelos empresários com entusiasmo e saudações de estímulo à sua candidatura à Presidência da República, Magalhães Pinto chegou ao Palácio do Comércio às 20 e 40. Cercado pelos eufóricos empresários brasilienses, Magalhães Pinto recebeu dezenas de apertos de mão, enquanto alguns, mais descontraindo, gritavam "Pra frente, Presidente".

Se o clima antes do discurso do senador mineiro era de euforia, mais entusiástico ficou à medida em que ele desenvolvia suas teses políticas. Os

aplausos e "vivas" foram calorosos quando foi mencionado o falecido presidente Juscelino Kubitschek, ao lembrar Magalhães Pinto a certeza de que Brasília vem cumprindo suas tarefas vocacionais previstas pela "ousadia e determinação desse grande brasileiro".

Novos e candentes aplausos foram ouvidos quando Magalhães Pinto disse que "Brasília nasceu sob o signo da Democracia", para se repetirem, mais vibrantes, ao afirmar o político mineiro: "Brasília não pode perder seu carisma democrático. Antes, terá de ser a fonte de inspiração no percurso dos caminhos da normalidade constitucional".

Além do presidente da Associação Comercial, Lindberg Aziz Cury, e de representações de entidades das classes empresariais, um político compareceu também ao auditório do Palácio do Comércio, o senador emedebista mineiro Itamar Franco, que fez parte da mesa. Ele disse que comparecia àquela reunião porque "considerava justos os reclamos da comunidade — neste momento de perspectivas de redemocratização — propugnando por uma representação política para o Distrito Federal.

A ÍNTEGRA

representa a Federação, que o Distrito Federal integra.

Hoje, cada senador representa, primordialmente, seu próprio Estado. E para ele estão voltadas suas preocupações primeiras.

E inegável que o Senado, sobretudo através dos membros da Comissão do Distrito Federal, está atento aos problemas brasilienses, mas de uma maneira formal.

Absorvido por suas tarefas diárias, o senador não tem oportunidade de manter um contato mais íntimo e estreito com a população brasiliense, sentindo-lhe os problemas, os anseios e as necessidades. Capta-os nas antenas da intuição política. Mas isso nem sempre é suficiente.

O tempo que sobra ao senador nos recessos parlamentares, ele o dedica a seu próprio Estado, às suas raízes humanas e políticas, ante às quais tem de prestar contas.

Ratifico, portanto, o que noutra ocasião afirmei neste mesmo recinto: "Creio ter chegado a hora de dotar Brasília de uma estrutura político-representativa".

Meus Senhores: Tenho acompanhado, pelos jornais, os debates que aqui vêm sendo travados.

Sei da existência de uma corrente que discorda da discussão de um tema político no âmbito de uma entidade empresarial.

As associações comerciais do Brasil têm uma tradição política. Não fazem proselitismo político. Não se dedicam à política partidária. Mas nunca deixaram de firmar posição sobre os grandes problemas do país e do meio no qual atuam.

Mais que um direito, opinar e agir politicamente, é um dever. A ninguém, pessoa física ou jurídica, é lícito omitir-se, quando se trata da promoção do bem-comum, que é o verdadeiro exercício da política.

A IV Conferência das Classes Produtoras, que acaba de ser realizada, foi, por exemplo, uma reunião eminentemente política. No melhor e no mais alto sentido. Discutiram-se, aberta e francamente, assuntos que, embora de cunho e de base empresarial, interessam fundamentalmente, à economia e ao futuro da nação.

Foram abordados temas da mais alta relevância para o desenvolvimento nacional. E estou certo de que, em razão das discussões ali travadas, muitos caminhos foram aclarados.

Só tenho, portanto, palavras de louvor e de estímulo, para todos quantos, dentro desta entidade, tomam posição sobre questões, que, sendo do interesse de toda a comunidade, são,

logicamente, do interesse das classes empresariais.

Meus Senhores:

Agradeço-vos a gentileza do convite e a oportunidade que me deistes de externar aqui algumas de minhas idéias.

Minha vida, como sabeis, foi durante muito tempo, dedicada à atividade empresarial e à atividade pública. Agora, somente esta última tem minha dedicação integral.

Sinto-me, pois, entre vós, como um dos vossos.

Quando constado que os empresários de Brasília se mobilizam para que o povo da capital do país tenha maior participação na gestão da coisa pública, sinto que nossas afinidades ganham maior dimensão.

Brasília nasceu sob o signo da Democracia. Depois de uma intensa campanha de mobilização popular, em torno da necessidade da mudança, foi deflagrada a sua construção.

O povo brasileiro, apesar de ciente dos sacrifícios que o grandioso cometimento lhe impunha, abraçou a idéia, generosa e entusiasticamente.

Brasília não pode perder seu carisma democrático. Antes, terá de ser a fonte de inspiração no percurso dos caminhos da normalidade constitucional.

Procurar abri-los é uma tarefa que me impus e à qual me venho dedicando com determinação.

Concordo com André Malraux, quando chamou Brasília a primeira das capitais da nova Civilização.

Estou certo de que assistia razão a Georges Mathieu, quando asseverou que "o Ocidente reencontra o caminho de sua vocação pela rota de Brasília".

Mas, para que essas profecias se cumpram, é mister que todos nos compenetrems que essa vocação é democrática.

Brasília é o traço de união entre o passado e o futuro. Aldous Huxley, o autor de O Admirável Mundo Novo sentiu isso ao exclamar: "Vim diretamente de Ouro Preto para Brasília. Que jornada dramática através do tempo e da história! Uma jornada do Ontem para o Amanhã, do que terminou para o que vai começar, das velhas realizações para as novas promessas".

O notável escritor inglês anteviu aqui, o surgimento, não do abominável mundo da humanidade de laboratório, mas o admirável mundo de progresso humanista.